

DESCREVENDO ATIVIDADE SUBDECLARADA DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE RIO TINTO-PB, EM 2019: UM ESTUDO FUNDADO NA CONTABILIDADE SOCIAL

Ednaldo C. Alves Júnior¹, Ana C. Ferreira Vieira², Layane S. Quitão¹, Euclides L. da Silva Neto¹

1. Estudante da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, Mamanguape. (UFPB – CAMPUS IV, MME.)

2. Mestre, professora e pesquisadora da UFPB – CAMPUS IV, MME.

Resumo

A contabilidade ao longo dos anos foi evoluindo e se tornando cada vez mais estudada em seu patrimônio, valendo-se como ciência e atribuindo contribuições para tomadas de decisões em relação a sua utilização. A contabilidade social surge com a proposta de avaliar a renda da nação, e como ela é desenvolvida, considerando-se às variáveis: produto, renda e despesa. O economista Britânico John Maynard Keynes tendo como referência os trabalhos de Simon Kuznets e Richard Stong deu início ao sistema baseado nas técnicas contábeis, em um contexto para obter as variáveis macroeconômicas. Esse sistema passou por vários estudos e ajustes através de representante de cada país nas Nações Unidas, mas sempre trabalhada através das Contas Econômicas Integradas e das Tabelas de Recurso e Uso. Nesse contexto, a pesquisa objetiva descrever a atividade oculta da atividade produtiva no setor agropecuário, e diferenciando-as com base nos fundamentos da contabilidade social no município de Rio Tinto-PB. A metodologia é bibliográfica, documental e com estudo de caso, com caráter exploratório e descritivo, com o uso do SPSS. A pesquisa tem sua importância não só para o meio acadêmico como também para a sociedade devido à caracterização da produção oculta ser de difícil mensuração na atividade econômica. O trabalho chegou-se as seguintes considerações, existem vestígios da prática da produção oculta dentre os populares atuantes na agropecuária da economia do município de Rio Tinto através do comércio de produtos situados na feira livre da cidade atrelados a produção formal.

Palavras-chave: : Produção Oculta; Agropecuária; Rio Tinto/PB.

Introdução

No século em que vivemos não conseguimos imaginar como seria o mundo sem a contabilidade, diferentemente do que muitos acham a contabilidade não é um ato complexo de resoluções de problemas com base em cálculos matemáticos imensos, mais está no nosso cotidiano, praticamos e vivenciamos a contabilidade a cada instante de nossas vidas, quando vamos ao mercado fazer compras, quando saímos com os amigos e até mesmo em casa com os gastos pessoais, tudo isso é contabilidade.

Ao longo dos anos a contabilidade foi evoluindo e se tornando mais forte e importante e ao passar dos anos tornou-se ciência com mais abrangência em relação a sua utilização. O objetivo da contabilidade nunca mudou com o passar do tempo, seu objeto de estudo sempre foi e sempre será o patrimônio tanto particular quanto público. E foi pensando nesse patrimônio social que a contabilidade subsidiou técnicas para auxiliar, junto com a economia, a Contabilidade Social.

Em meados do século XVIII no período pós-guerra o mundo ficou à beira do colapso econômico, com isso observou-se a necessidade de uma forma de explicar e tentar entender como a economia mundial funcionava, e à preocupação com a renda das nações emergiram como um meio de mensurar e nortear para um planejamento econômico com acumulação de riqueza, estabilizando a economia nacional. (PAULANI e BRAGA, 2012).

Muitas atitudes eram direcionadas para reverter toda a crise financeira da bolsa de valores de New York, que repercutiu em todas as nações, como reerguer um país, uma nação, como conseguir reorganizar e reestruturar um sistema após vislumbrar o colapso econômico, e através de pesquisas e fontes de dados encontrados nos trabalhos de Simon Kuznets e Richard Stong, um economista Britânico chamado John Maynard Keynes iniciou um sistema baseado nas técnicas contábeis, o Sistema de Contas Nacionais (SCN). (PAULANI e BRAGA, 2012).

Esse sistema passou por vários estudos e ajustes através de vários representantes das nações na Organização das Nações Unidas, mas sempre trabalhadas através das Contas Econômicas Integradas e as Tabelas de Recursos e Usos. No ano de 1993 as Contas Econômicas Integradas do SCN eram divididas em cinco contas principais: contas do governo, contas de produção, contas de apropriação, contas do setor externo e as contas de capitais, onde cada uma dessas contas possui seus próprios recursos e meio de utilização. Após 1993 as Contas Econômicas Integradas passaram por um aprimoramento, dividindo-as não mais em cinco contas, mais em quatro grupos de contas: contas de produção, contas de renda e as contas acumulação, e por fim o grupo de contas que traz as contas de operação com o resto do mundo (FEIJÓ E RAMOS, 2017).

No segundo eixo do atual Sistema de Contas Nacionais encontramos as Tabelas de Recursos e Usos (TRU), nessas tabelas estão contidas informações essenciais para visualização do desenvolvimento da economia nacional, as TRU's têm como finalidade mostrar o esforço da produção e da renda gerada na economia sob a ótica de cada setor de atividades produtivas. É através dessas tabelas que podemos observar qual o setor economicamente atuante que está mais ou menos desenvolvido e como manter ou melhorar a sua

participação na economia nacional (FEIJÓ E RAMOS, 2017).

Uma das grandes dificuldades para conseguir registrar a Economia Não Observada (ENO), vem do fato de ter que observar não só o que está registrado, mas principalmente atentar as informações que não aparecem nos registros, o cruzamento dessas informações possibilita observar se existem alguma discrepância entre a atividade produtiva, com as informações registradas, da atividade oculta.

Estudando a contabilidade social e as demais informações surge o seguinte questionamento: Como descrever a atividade oculta da atividade produtiva no setor agropecuário no município de Rio Tinto?

Com base nesse questionamento, a pesquisa tem como objetivo geral descrever a atividade oculta da atividade produtiva no setor agropecuário, e diferenciando-as com base nos fundamentos da **contabilidade social** no município de Rio Tinto-PB, em 2019.

A presente pesquisa tem sua contribuição não só para o meio acadêmico, como também para a sociedade devido a sua complexidade de obter informações de crescimento e desenvolvimento com a ausência dos dados da ENO, e pela dificuldade de análise dos dados, como também para o município de Rio Tinto, local escolhido para o estudo.

Metodologia

Para alcançar o objetivo de diferenciar através de estudos a produção oculta da produção formal no setor agropecuário do município de Rio Tinto - PB, as técnicas de pesquisas utilizadas foram bibliográficas, documental e estudo de caso. A bibliográfica através de livros, artigos de periódicos de eventos, com a mesma temática da pesquisa.

O estudo documental foi trabalhado com relatórios obtidos da prefeitura municipal de Rio tinto – PB, dados do IBGE, dentre outros. Com fonte de dados secundários, além disso, a metodologia tem caráter exploratório e descritivo, que segundo Gil (2002, pág. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construí hipóteses”.

Ainda com base em Gil (2002, pág. 41), “As pesquisas descritivas são justamente como as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Com relação a coleta de dados foi elaborado um questionário com a finalidade de obter informações de qual o porte da empresa, quantos funcionários possuía, qual a renda, quantidade e destino final da produção para assim analisar suas respostas e traçar uma linha entre a atividade produtiva e a atividade oculta no setor agropecuário do município de Rio Tinto.

Os questionários aplicados com os agricultores e pecuaristas atuantes no comércio do município de Rio Tinto, foram elaborados em duas partes: uma parte com perguntas direcionadas a oferta e a outra com direcionamento para a demanda, sendo um total de 22 perguntas divididas em 15 perguntas referentes ao perfil da oferta, ou seja, perguntas sobre a empresa e 7 perguntas sobre o perfil da demanda nesse caso o consumidor.

Em Rio Tinto, conforme IBGE (2017) existe um universo de 1.123 produtores catalogados pelo censo agropecuário realizado no ano de 2017, enquanto na Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Rio Tinto existem apenas 366 produtores cadastrados e que colaboram com taxas pela comercialização do produto. Nessa situação, foi considerado o universo dos agropecuaristas cadastrados pela Prefeitura para definir a amostra da pesquisa, que foram de 30 questionários aplicados, que correspondem a uma amostra de 8,2%. A amostra foi do tipo intencional devido ao tempo e a ausência de recursos na pesquisa.

Após a aplicação dos questionários com os populares foi utilizado como ferramenta de auxílio o software computacional estatístico conhecido como *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*- pacote estatístico para as ciências sociais, esse programa de computador tem a função de realizar análise estatística descritiva, (médias, frequências, máximo, mínimo, desvio padrão), representações gráficas e tabelas, essas foram algumas das funcionalidades do programa utilizadas nesse trabalho.

Por fim, realizou-se a análise dos dados, na tentativa de caracterizar a produção oculta do município de Rio Tinto/PB.

Resultados e Discussão

No município de Rio Tinto após levantamentos feitos através de questionários é possível identificar que a atividade predominante é a agricultura com 73,33% , seguido da pecuária e agropecuária com 16,67% e 10% respectivamente. As empresas que predominam na região são as de pequenos agricultores sendo 56,67% e 16,67 de agricultores familiar e pequenos pecuarista, apenas 10% dos entrevistados se encaixam na agricultura de médio porte.

Levando-se em conta a cultura da região que é o cultivo como forma de sobrevivência e comércio, é perceptível entender que os pequenos agricultores são formados por pessoas que investiram suas economias no cultivo e pessoas que herdaram as terras de seus familiares e continuaram no mesmo modo de vida que seus antecessores.

Com base nos dados tabulados nota-se que a Região de Rio Tinto tem como predominância pequenos agricultores, totalizando 56,67%, logo após com 16,67% agricultura familiar e pequenos pecuarista e com 10% os agricultores de médio porte. Levando-se em conta a cultura da região que é o cultivo como forma de sobrevivência e comércio podemos entender que os pequenos agricultores são formados por pessoas que investiram suas economias no cultivo e pessoas que herdaram as terras de seus familiares e continuaram no

mesmo modo de vida que seus antecessores.

Na pesquisa constam que 56,67% das empresas agropecuarista do município de Rio Tinto estão em funcionamento entre 6 e 10 anos, com 20% as empresas que funcionam entre 1 a 5 anos, com 13,33% as empresas mais antigas da região funcionam entre 21 a 50 anos e 10% das empresas estão em funcionamento entre 11 a 20 anos.

A pesquisa ainda retrata que 66,67% das empresas situadas na região de Rio Tinto-PB são empresas que nunca tiveram o seu funcionamento na informalidade e 33,33% já funcionaram de forma informal. Dentre as empresas que já trabalharam na informalidade observamos que existe uma variação de tempo bastante singular, onde existem empresas que tem um tempo de 5 anos para entrar na legalidade e que ainda existem empresas que até o dia da aplicação dos questionários continuavam na informalidade, gerando um desvio padrão de 0,479.

Dos agropecuaristas que participaram da pesquisa 66,67% nunca trabalharam na informalidade, mas 20% das empresas do município trabalham na informalidade até a data da pesquisa 08/04/2019. Empresas que funcionaram de maneira ilegal entre 1 e 6 anos aparecem com 3,33% cada e 6,67% das empresas ficaram 2 anos na informalidade trabalhista.

As terras entre os agricultores e pecuaristas do município de estudo são percebidas; O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (INCRA, 2019). Segundo o INGRA a classificação dos trabalhadores rurais está dividida da seguinte forma:

- Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

Como base nessas informações é possível observar que 70% dos trabalhadores rurais de Rio Tinto estão classificados como pequenos agricultores, 6,75 são médios agricultores, 13,3% não possuem terras para plantar, ou seja, são pessoas que pegam a mercadoria com os agropecuaristas e agem como intermediários da negociação dos produtos em sua comercialização ficando assim com um percentual dos frutos dessa negociação, 3,3% são pecuarista que não possuem uma criação própria de gado para comercio, assim os produtos comercializados por esse grupo são terceirizados de outros pecuaristas ou agricultores.

Mesmo que o proprietário possua muitos módulos fiscais nem todos serão utilizados para o plantio, 76,7% utilizam todos os módulos possuídos para plantar, 3,3% só utilizam quatro módulos para cultivo da produção e 20% não possuem terras para o plantio, 66,7% das empresas agropecuaristas destinam toda a sua produção para o mercado, ou seja, toda ela é destinada para comercialização e 33,3% dividem o que produzem entre comercializar e consumo próprio.

No município 16,7% das empresas agropecuárias possuem apenas seu proprietário como funcionário, 20% tem de 4 a 8 pessoas trabalhando para empresa e 63,3% possui entre 1 a 3 funcionários em sua folha de pagamento.

Conforme os dados, 53,33% dos empresários agropecuaristas solicitam a nota fiscal a seus fornecedores, mas 46,67% não o fazem. Esses 46,67% que são representados por 14 empresas que não fazem a solicitação da comprovação fiscal de suas transações comerciais caracterizam uma parte da produção oculta do município de Rio Tinto –PB, tendo assim um desvio padrão de 0,507.

Os dados retratam que as empresas do município de Rio Tinto, 93,4% comercializam seus produtos na feira livre do próprio município, e 6,6% estão divididos entre a usina localizadas nas cidades circo-vizinhas do município com o comércio de cana- de- açúcar e supermercados.

O controle financeiro de 93,4% das empresas pesquisadas são feitos simplesmente confrontando as receitas com suas despesas no período, e são realizadas pelos próprios proprietários das empresas, os outros 6,6% restantes estão divididos entre, 3,3% “não fazer um controle financeiro”, onde após pagar suas contas o proprietário informou que o restante do dinheiro é investido na próxima produção e 3,3%, ou seja, apenas uma das empresas entrevistadas tem como forma de controle financeiro um contador.

A pesquisa mostra que 90% das empresas de Rio Tinto possuem clientes pessoa física em sua totalidade, 6,7% possuem uma clientela mista composta tanto por pessoas físicas como pessoas jurídicas e 3,33% tem como clientes pessoas jurídicas em sua totalidade.

Os dados da pesquisa, também, evidenciam que 83,33% das empresas não fornecem nenhum tipo de comprovante de pagamento para seus clientes enquanto 16,67% fornecem algum tipo de comprovação de pagamento. Essa prática de não fornecimento da comprovação do pagamento pode caracterizar uma produção oculta, pois nenhuma informação sobre a compra ou venda de produtos foram geradas nessas negociações.

Dentre as empresas que fornecem alguma comprovação em relação ao pagamento da mercadoria para seus clientes, 13,33% fornecem a nota manual, mais comumente conhecida como “nota de balcão”, 3,33% disponibilizam para seus clientes a nota e/ou cupom fiscal, e o valor de 83,33% correspondem às empresas que não fornecem nenhum tipo de comprovante de pagamento.

É muito comum empresas trabalharem com outras formas de pagamento além do dinheiro “vivo”, logo 96,67% das empresas entrevistadas não trabalham com outra forma de pagamento além do dinheiro e 3,33% efetuam vendas mediante outras formas da quitação. O percentual das empresas que fazem vendas para pagamentos posteriores (fiado), 40% das empresas trabalha com as vendas do fiado, enquanto 60% delas não as fazem. As vendas à prazo (fiado) são controlados pelos proprietários das empresas, 100% das empresas que realizam as vendas fiado usam como forma de registro de controle uma caderneta para realizar as

anotações do nome do cliente, o dia da compra e o valor da compra que o mesmo realizou, mas diante do exposto anotar as contas em um caderno sem valor legal e sem a assinatura do cliente responsável pela compra não pode ser caracterizada como controle financeiro adequado.

A pesquisa destacou que 96,67% das empresas rurais atuantes no mercado financeiro do município de Rio Tinto não fornecem nenhum tipo de documento auxiliar de fiscalização, apenas 3,33% fornecem o cupom fiscal.

Conclusões

Tendo em vista a escassez de trabalhos acadêmicos com enfoque na contabilidade social e suas ramificações e visando a inerente possibilidade de contribuição para agregação de informações sobre o tema deu-se início a essa pesquisa através de um grupo de estudo na área, para alcançar o objetivo de observar e descrever a atividade oculta da atividade produtiva na agropecuária de Rio Tinto – PB.

Para dar continuidade a este trabalho foi necessário um estudo sobre a contabilidade social e a Economia Não Observada (ENO), focados na atividade agropecuária do município de Rio Tinto – PB e foi realizada uma abordagem direta tendo como público alvos populares atuantes na economia do município através do comércio de produtos situados na feira livre da cidade. Com a aplicação do questionário *in loco* foram feitas algumas perguntas para os comerciantes com o intuito de obter informações relevantes, munido das informações devidamente analisadas comparamos com informações anteriormente obtidas tanto através de pesquisas bibliográficas como documental auxiliado pelo órgão público local a Secretaria de Agricultura e Pesca do município e pelo site do IBGE.

Uma das características da produção oculta é a falta de informações por parte das empresas, que podem acontecer de forma intencional ou acidental, nesse sentido os dados coletados demonstram que 96,6% das empresas do município de Rio Tinto não emitem documento fiscal válido e a casos que as empresas não emitem qualquer documento quer sejam eles válidos ou não, isso demonstra que os comerciantes de Rio Tinto praticam de forma consciente ou não a sonegação de impostos que por sua vez acarreta lacunas nas informações necessárias para analisar a produção completa da empresa.

Outro fator característico da ocultação ou subdeclaração de produção é a informalidade de funcionamento das empresas, como não possuem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) as quais totalizam 20%, atualmente é quase que impossível a obtenção de informações sobre a produção da empresa, ambos os fatores contribuem fortemente para o crescimento da produção oculta, agindo de forma contrária as empresas formalmente legalizadas que possuem toda documentação legal e atualizada para seu funcionamento, emitindo documentos fiscais válidos para seus clientes e fazendo uso dos conhecimentos de profissionais capacitados da contabilidade.

Sendo assim podemos concluir com base nos dados que existem vestígios da prática da produção oculta dentre os populares atuantes na agropecuária da economia do município de Rio Tinto, através do comércio de produtos situados na feira livre da cidade atrelados a produção formal.

Devido à complexidade de obtenção de informações sobre a ENO esse trabalho caracteriza sua importância como fonte de dados atualizados do município para futuros pesquisadores interessados na economia não observada no município de Rio Tinto-PB.

Referências

- FREITAS, Eduardo de. "Importância da Agropecuária Brasileira "; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-importancia-agropecuaria-brasileira.htm>>. Acesso em 25 de julho de 2018.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALLAK, João de. "A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil" *Revista de Economia Contemporânea* (2014) 18(1): p. 31-55. Disponível em <www.scielo.br/rec>. Acesso em 20 de julho de 2018.
- HALLAK, João; OLINTO, Roberto. "A ECONOMIA NÃO OBSERVADA NO BRASIL: UM ESTUDO BASEADO NA METODOLOGIA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS". Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v18n1/1415-9848-rec-18-01-00031.pdf>>. Acessado em 29 de julho de 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/pesquisa/24/76693>> Acesso em 28/07/2019.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/content/perguntas-frequentes-0>> Acesso em: 28/07/2019.
- MARION, José Carlos. "Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade de pecuária". 13ª. Ed. São Paulo. Atlas, 2012.
- MENDONÇA, Elton dos Santos. "A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social: um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto, PB". Disponível em <<http://periodicos.estacio.br/index.php/mangaio/article/viewFile/4160/2069>>. Acessado em 29 de julho de 2018.